

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.049 - GO (2019/0301002-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
IMPETRANTE : FABIO QUIRINO LUCAS DE SA
ADVOGADO : FABIO QUIRINO LUCAS DE SA - GO035322
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : J DE C B
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por FÁBIO QUIRINO LUCAS DE SÁ em favor de J DE C B contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que, nos autos da ação de execução de alimentos proposta por sua filha, maior e capaz, negou provimento ao agravo de instrumento.

Em suas razões, o impetrante sustentou que a decretação da prisão configura constrangimento ilegal, aduzindo, em suma, que (a) "*inexiste citação válida nos autos, e se for considerado citado o comparecimento espontâneo do réu em 12/08/2015, é evidente que naquela época o débito já era impagável, eis que exigido não das últimas 3 (três) parcelas anteriores à citação, mas dos últimos 8 anos e 8 meses desde a propositura da ação*"; (b) a presente execução perdeu seu caráter de imediatidade e urgência, próprio do rito da prisão civil; (c) o executado efetuou o pagamento das 3 (três) últimas parcelas anteriores ao ajuizamento do agravo de instrumento e manteve-se regular com o pagamento das parcelas vincendas; (d) por culpa da exequente, o processo de execução já dura 14 (quatorze) anos; (e) o valor total do débito gira em torno de R\$ 487.961,46; (f) o rito da coerção pessoal deve ser convertido em expropriatório ou, ao menos, o prazo de encarceramento deve ser reduzido para 30 (trinta) dias; e (g) "*mesmo ciente de que ao decretar a prisão do executado em regime fechado, no prazo máximo da Lei Especial, atingiria a direitos fundamentais irreparáveis, impediria o pai de prestar assistência á esposa que está prestes a dar à luz e comprometeria a manutenção dos alimentos da filha*

Superior Tribunal de Justiça

bem como dos filhos menores que dele dependem (seu desemprego por justa causa será inevitável), o magistrado recusou-se a lastrear fundamentação clara e concreta".

Ao final, requer a concessão de decisão liminar, para "*suspender a decretação de prisão pelo Juiz da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Goiânia - Goiás*".

É o relatório.

Passo a decidir.

Antecipo que o pedido liminar merece deferimento.

Colhe-se da documentação juntada aos autos que a executada, filha do paciente e, atualmente, maior de idade, ajuizou ação de execução de prestações alimentícias no dia **7/11/2006**.

À época, o valor do débito era de R\$ 15.207,84.

No dia 14/12/2007, foi determinada a citação do executado.

No dia 30/9/2009, o juízo de 1º grau determinou a intimação da exequente para dar andamento ao feito.

No dia 12/11/2009, a exequente requereu vista dos autos.

No dia 15/3/2012, o advogado da exequente renunciou ao mandato.

No dia 2/5/2013, o juízo de 1º grau determinou a intimação pessoal da exequente para constituir novo advogado.

No dia 5/5/2014, o juízo de 1º grau determinou novamente a intimação da exequente para cumprir o despacho anterior.

No dia 24/9/2014, a exequente requereu novamente a citação do executado. Na ocasião, o valor atualizado do débito era de R\$\$ 394.732,22.

Em petição do dia **14/8/2015**, o executado compareceu espontaneamente aos autos, alegando, em síntese, (a) ausência de citação válida, (b) impossibilidade econômica de arcar com as prestações alimentares e (c) incidência da *supressio* como razão impeditiva da cobrança dos alimentos.

Às e-STJ Fls. 133-137, o juízo de 1º grau, ao rejeitar a justificativa do executado, determinou a sua intimação para, no prazo de 3 (três) dias, quitar

Superior Tribunal de Justiça

integralmente o débito alimentício, sob pena de decretação de sua prisão civil e protesto do título judicial.

Em decisão de e-STJ Fls. 161-163, o juízo de 1º grau, ao indeferir o pedido de conversão de rito, decretou a prisão civil do executado pelo prazo de 2 (dois) meses.

Inconformado, o executado interpôs agravo de instrumento, desprovido pelo acórdão recorrido, em acórdão assim ementado:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. CONVERSÃO DAS CONTRARRAZÕES EM AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO AOS AUTOS. JUNTADA DE JUSTIFICAÇÃO. SUPRIMENTO DA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. SUPRESSIO. INAPLICABILIDADE NA ESPÉCIE. IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM OS VALORES EXECUTADOS. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA QUANTO À SUA REJEIÇÃO PELO MAGISTRADO SINGULAR. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Preliminarmente, convém salientar que a agravada pugnou, em sede de contrarrazões, pela conversão da referida manifestação em Agravo Interno; entretanto, por se tratarem de manifestações totalmente distintas, cada qual com regramentos e pressupostos próprios, reputo inadmissível tal pleito, o qual rechaço de plano.

2. O ingresso espontâneo do réu no processo, nos termos dos arts. 214, § 1º, do CPC/73 E 239, § 1º do CPC/2015, dispensa o ato citatório ou supre sua falta, ainda que os advogados subscritores da peça de defesa não possuam poderes especiais para recebimento de citação.

3. Os alimentos destinados a crianças e adolescentes são indisponíveis. Por isso, não é possível que se crie a expectativa de que eles não devem ser pagos, nos exatos limites fixados na decisão judicial, após um decurso de tempo, devido à inércia do(a) genitor(a) em cobrá-los. Sua alteração ou revogação só pode ocorrer, portanto, através de outra decisão judicial, sendo inaplicável, na espécie, a supressio.

Feita essa breve contextualização da moldura fática subjacente à presente impetração, em um juízo perfunctório, entendo presentes os requisitos autorizadores da concessão da liminar.

Superior Tribunal de Justiça

O exame da presente impetração revela, a princípio, que a medida de coerção extrema, na específica hipótese dos autos, revela-se desnecessária e ineficaz.

Como se sabe, *"A prisão civil é técnica de coerção que visa, pelo temor, vencer a resistência do devedor. A prisão civil não é pena, não pode ser elemento de vingança e, sem dúvida, não será meio capaz de curar ou minimizar as mágoas de um filho desassistido emocional e materialmente por um pai desidioso"* (HC 437.560/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018).

No caso, conforme relatado, a execução de alimentos foi ajuizada em novembro de 2006 e, até o comparecimento espontâneo do executado aos autos, em 2015, o processo tramitou por quase 9 (nove) anos.

De acordo com a documentação juntada aos autos, em especial a manifestação da própria exequente às e-STJ Fls. 339-351, esse cenário foi causado exclusivamente pela credora.

Com efeito, a inércia da própria exequente fez com que o débito alcançasse uma cifra exorbitante, de aproximadamente R\$ 400.000,00, já que a desídia em promover a citação do executado fez com que as parcelas vincendas no decorrer do processo se acumulassem.

Ora, ao mesmo tempo em que o devedor deve mitigar o próprio prejuízo, cabe também ao credor, segundo o princípio da boa-fé objetiva, tomar as medidas necessárias e possíveis para que o dano gerado à outra parte não seja ainda mais agravado pela sua inércia.

Ademais, conforme se infere das petições de e-STJ Fls. 330-334, o executado informa que, além das 3 (três) parcelas anteriores à decisão do agravo de instrumento, vem depositando, desde o mês de junho/2019, de forma regular, a pensão alimentícia no valor de R\$ 3.000,00,

Com essas considerações, ante a excepcionalidade do caso, constata-se que a medida coativa tornou-se desnecessária e ineficaz, porquanto, ainda que mantida a natureza alimentar do crédito em aberto, não mais se vislumbra o

Superior Tribunal de Justiça

caráter de urgência, a consubstanciar o risco alimentar, elemento indissociável da prisão civil.

Finalmente, esclareça-se que não se está, conforme defende a exequente, concedendo uma espécie de "perdão da dívida", pois o que está sendo vedado, por ora, é o uso da prisão civil, técnica de coerção mais gravosa existente no ordenamento jurídico para estimular o cumprimento da obrigação.

Logo, o juízo de 1º grau poderá empregar quaisquer outras medidas típicas e atípicas de coerção ou de sub-rogação, como autoriza o art. 139, IV, do CPC.

Diante do exposto, defiro a liminar postulada para suspender a ordem de prisão civil decretada em desfavor do paciente, cujos efeitos deverão subsistir até o julgamento do mérito do *habeas corpus*.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem.

Junte o impetrante a cópia integral da ação de execução.

Encaminhe-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intime-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator